

Cúpula Mundial de Bacias 2026 Relatório da Sessão de Alto Nível

Gestão dos recursos hídricos em nível de bacia para a segurança hídrica no Brasil



16 a 19 de junho de 2026, Rio de Janeiro, Brasil



Relatório da sessão



Introdução e Contexto Estratégico

Realizada em junho de 2026 na cidade do Rio de Janeiro, esta sessão da Cúpula Mundial de Bacias ocorreu em um momento de consolidação da política nacional de recursos hídricos do Brasil, que completará 30 anos em 2027. A sessão se baseou nas diretrizes estabelecidas no 3º Fórum da Água do Brasil, em maio de 2026, posicionando a governança da água como o pilar central para o desenvolvimento soberano e resiliente do país. Diante da gravidade dos eventos climáticos extremos que têm desafiado as infraestruturas urbanas e produtivas, a gestão da água no Brasil reafirmou sua transição de uma disciplina técnica para um eixo estratégico fundamental.

A sessão reuniu principais partes interessadas, como a Secretaria Nacional de Segurança Hídrica (SNSH), a recém-criada agência de água de São Paulo SP-ÁGUAS, o Comitê de Integração da Bacia do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP) e a Rede Brasileira de Organismos de Bacia (REBOB). O consenso alcançado foi claro: a gestão descentralizada e participativa, tendo a Bacia como unidade fundamental, é o único caminho para a segurança hídrica. A complexidade do sistema brasileiro, embora exija uma coordenação exaustiva, é o que garante a legitimidade democrática e a eficácia local das soluções. Para compreender a robustez das respostas atuais, no entanto, é necessário mapear a densidade dos desafios hidrológicos e institucionais que o Brasil enfrenta.

Desafios e Problemas Enfrentados na Gestão da Água

A “crise de complexidade” (termo cunhado para descrever o cenário atual) decorre do conflito entre a multiplicidade de usuários (agricultura, saneamento, indústria, energia) e a variabilidade climática sem precedentes. O desafio central reside na coordenação de um sistema densamente povoado por atores com interesses muitas vezes divergentes, operando em um ambiente de incerteza hidrológica.

O rigor técnico do Protocolo de Escassez de Água: A vulnerabilidade hídrica foi abordada tecnicamente por meio do “Protocolo de Escassez” da SP-ÁGUAS, formalizado pelas Resoluções nº 11/2025 e 12/2025. O estado de escassez crítica nas bacias do Alto Tietê e no trecho paulista do rio Piracicaba forçou a suspensão de novas concessões hídricas. O monitoramento contínuo utiliza indicadores detalhados que determinam o nível de resposta do governo, dividido em quatro estágios: Estágio 1 (Situação de Atenção); Estágio 2 (Situação de Alerta); Estágio 3 (Situação Crítica); e Estágio 4 (Situação de Emergência).

Complexidade institucional e governança: O sistema brasileiro enfrenta gargalos de implementação devido ao enorme número de partes interessadas. No estado de São Paulo, por exemplo, a gestão deve coordenar 21 Comitês Estaduais de Bacia e participar de 4 comitês interestaduais. Manter a memória institucional e fornecer apoio técnico contínuo às agências de bacia (que atuam como o “braço executivo”) são essenciais para evitar que as transições políticas interrompam os planos de longo prazo.

Essa densidade de desafios impulsionou o surgimento de novos marcos regulatórios e modelos de órgãos mais ágeis.

Soluções Implementadas e Modelos de Gestão Bem-Sucedidos

O Brasil respondeu à crise por meio de uma combinação de inovação institucional e infraestrutura em escala continental. A bacia evoluiu de um conceito geográfico para uma unidade de inteligência e ação.

Inovação Institucional (SP-ÁGUAS e AGEVAP): A promulgação da Lei Complementar nº 1.413/2024 criou a SP-ÁGUAS, uma agência que atua como reguladora, órgão de fiscalização e impulsionadora da segurança hídrica. Sua estrutura moderna, composta por 5 Escritórios de Gestão e 10 Divisões, permite uma ampla presença em todo o estado de São Paulo. No âmbito federal, o sucesso operacional do CEIVAP é garantido pela AGEVAP, criada pela Lei nº 10.881/2004. Como a primeira entidade do país a receber a delegação das funções de uma agência de bacia, ela atua como o motor institucional que supervisiona a arrecadação de receitas e os investimentos.

Maturidade federativa e o caso da CEIVAP: a CEIVAP, fundada em 22 de março de 1996 (Decreto Federal nº 1.842), comemorou seu 30º aniversário como líder em termos de integração. O Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH-PS), atualizado em 2021, reforçou a ideia de que o rio Paraíba do Sul é o “Coração Hídrico do Sudeste”. Sua gestão garante a transferência de água para bacias

receptoras vitais, incluindo o Sistema Guandu e a Baía de Guanabara (Rio de Janeiro), bem como as bacias do Piracicaba-Capivari-Jundiaí (PCJ) e do Alto Tietê (São Paulo).

Casos de sucesso em infraestrutura e soluções baseadas na natureza (NbS): As intervenções hidráulicas realizadas na região da Baixada Campista, que se concentram na renovação da infraestrutura hidráulica para garantir a segurança hídrica local e o controle do fluxo, são um exemplo de planejamento estratégico.

Entidade / Programa	Principal ferramenta de gestão	Impacto Observado / Escopo
AGEVAP (Lei 10.881/04)	Agência da Bacia (Entidade Delegada)	Principal agente institucional para a cobrança de taxas; apoio técnico ao CEIVAP/PIRH-PS.
PISF (Rio São Francisco)	Infraestrutura Continental (Corredores Norte e Leste)	12 milhões de beneficiários; 477 km de canais; redução da vulnerabilidade na Região Semiárida.
Programa “Água Doce”	Dessalinização de Águas Subterrâneas	Acesso à água potável em comunidades dispersas; uso sustentável da salmoura.
Projeto “Semeando Águas”	Soluções Baseadas na Natureza (NbS)	Proteção de nascentes e matas ciliares; restauração da capacidade produtiva do território.

Recomendações estratégicas e caminhos futuros

Para que a governança brasileira mantenha sua resiliência, são necessárias as seguintes ações-chave:

1. Fortalecimento institucional e intercâmbio de experiências: É imperativo ampliar a cooperação por meio da Rede Brasileira de Organizações de Bacias (REBOB) e da RIOB, permitindo que o sucesso de comitês maduros, como o CEIVAP e o PCJ, sirva de orientação para bacias em seus estágios iniciais. Essa integração deve incluir também os órgãos estaduais de gestão.
2. Modernização Tecnológica e Apoio à Tomada de Decisões: O monitoramento deve basear-se inteiramente em dados em tempo real. A inteligência da bacia deve ser traduzida em sistemas de alerta precoce e automação da infraestrutura (como as comportas na Baixada Campista).
3. Sustentabilidade financeira e otimização de receitas: As receitas provenientes das tarifas de uso da água devem ser alocadas de forma otimizada para programas de infraestrutura e garantir a

complementaridade financeira entre municípios, estados e o governo federal.

4. Integração setorial (abordagem do nexos): A gestão dos recursos hídricos deve integrar saneamento, energia e agricultura. O controle de perdas e a expansão do abastecimento de água devem ser componentes obrigatórios dos planos de gestão das bacias.

Conclusão: O futuro da gestão hídrica

A sessão foi encerrada com a reafirmação de que o comitê da bacia é o “Grande Parlamento”, onde são definidas as necessidades e os caminhos rumo à segurança hídrica. O 30º aniversário do CEIVAP e o fortalecimento institucional da SP-ÁGUAS simbolizam a maturidade técnica do Brasil. Os desafios das mudanças climáticas exigem que a consciência ambiental se traduza em ação contínua. Conforme destacado na visão estratégica das agências de recursos hídricos: “A agência transforma essa consciência em ação contínua.” O futuro da segurança hídrica brasileira depende da proteção de cada nascente e do rigor técnico em cada concessão hídrica, garantindo que a água continue sendo a força motriz da prosperidade nacional.



Créditos: Fabiano Veneza/SEAS